

Monumentos escravocratas em ruínas: enlaces entre informação, memória e estudos decoloniais

Slavery monuments in ruins: links between information, memory and decolonial studies

Igor Oliveira da Silva   

Gracy Kelli Martins   

Resumo

O objetivo central do estudo é refletir, à luz dos estudos decoloniais, sobre como as reivindicações étnico-raciais, geradas no âmbito dos Novos Movimentos Sociais, impactam a ressignificação da memória nacional. Trata-se de um artigo para cujo desenvolvimento foi adotada uma abordagem sociocultural da informação, que enfoca os protestos globais ocasionados a partir do ano de 2020 acerca dos monumentos públicos contruídos para homenagear personagens ligados ao tráfico escravista, ao colonialismo e às diversas expressões de racismo. Como procedimento metodológico, procedeu-se a uma pesquisa exploratória por meio de uma revisão bibliográfica. Apresenta algumas discussões acerca da (des) colonialidade do poder e do saber, para dar visibilidade aos saberes produzidos pelos grupos que não integraram a visão eurocêntrica do conhecimento; mostra como a Ciência da Informação pode contribuir para representar a produção intelectual do conhecimento construído socialmente por um grupo de sujeitos subalternizados pela episteme eurocêntrica; analisa como os Novos Movimentos Sociais exercem o contrapoder e se constroem por meio de um processo de comunicação autônoma e livre do controle dos que detêm o poder institucional para combaterem as amarras coloniais; mostra como surgem as discussões sobre o conceito de documento/monumento e os relaciona com o movimento denominado de contramonumento e a reivindicação discursiva que dá voz às vozes silenciadas e esquecidas; apresenta o contexto histórico e social de personagens como Cristóvão Colombo (1451-1506), Thomas Jefferson (1743 – 1826) e George Washington (1732 – 1799), cujas estátuas foram retiradas/apedrejadas em decorrência das disputas sociais permeadas de questões políticas e ideológicas antagônicas; descreve como o contramonumento atinge o cenário brasileiro, a partir do monumento do bandeirante paulista Manuel Borba Gato (1649 – 1718), cujo monumento foi queimado por movimentos que reivindicavam o sentido heroico atribuído a um personagem ligado à caça e à escravização de indígenas e africanos. O artigo também analisa as iniciativas de reparação histórica. Para isso, aborda o recente debate sobre o Projeto de Lei Federal 5296/2020, o Projeto de Lei Municipal 47/2021 e a atuação dos museus na guarda dos monumentos históricos polêmicos que devem ser contextualizados mediante a educação patrimonial. Conclui que os monumentos públicos são objetos informativos que representam determinados eventos históricos que despertam a memória dos grupos que sofreram alguma consequência dos atos praticados por seus personagens.

Palavras-chave: Colonialismo; contramonumento; memória nacional; novos movimentos sociais; representação social.



folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 7-26, maio/ago. 2023. ISSN 2447-0120. DOI [10.56837/fr.2023.v9.n2.964](https://doi.org/10.56837/fr.2023.v9.n2.964).

Abstract

The main objective of the study is to reflect, in the light of decolonial studies, on how the ethnic-racial claims, generated within the scope of the New Social Movements, impact the resignification of national memory. This is an article for whose development a sociocultural approach to information was adopted, which focuses on the global protests caused from the year 2020 on about public monuments built to honor characters linked to the slave trade, colonialism and the various expressions of racism. As a methodological procedure, an exploratory research was carried out through a literature review. It presents some discussions about the (de)coloniality of power and knowledge, to give visibility to the knowledge produced by groups that did not integrate the Eurocentric view of knowledge; shows how Information Science can contribute to represent the intellectual production of knowledge socially constructed by a group of subjects subordinated to the Eurocentric episteme; analyzes how the New Social Movements exercise counterpower and are built through a process of autonomous communication, free from the control of those who hold institutional power to fight colonial ties; shows how discussions about the concept of document/monument arise and relates them to the movement called counter-monument and the discursive claim that gives voice to silenced and forgotten voices; presents the historical and social context of characters such as Christopher Columbus (1451-1506), Thomas Jefferson (1743 - 1826) and George Washington (1732 - 1799), whose statues were removed/stoned as a result of social disputes permeated by political and ideological issues antagonistic; describes how the counter-monument reaches the Brazilian scene, starting from the monument of the São Paulo pioneer Manuel Borba Gato (1649 – 1718), whose monument was burned by movements that claimed the heroic meaning attributed to a character linked to the hunting and enslavement of Indians and blacks. The article also analyzes historic reparation initiatives. For this, it addresses the recent debate on the Federal Bill 5296/2020, the Municipal Bill 47/2021 and the role of museums in guarding controversial historical monuments that must be contextualized through heritage education. It concludes that public monuments are informative objects that represent certain historical events that awaken the memory of groups that suffered some consequence of the acts practiced by their characters.

Keywords: colonialism; countermonument; national memory; New Social Movements; Social Representatio.

1 Introdução

As relações de poder que permeiam as grandes nações se mantiveram mesmo no contexto pós-independência dos países, por meio da propagação de valores socioculturais que exaltam uma elite dominante que exclui os demais grupos, muitos deles compostos de povos originários descendentes dos primeiros habitantes de um território.

Deste modo, visando combater a exclusão nos mais diversos marcadores sociais (étnico-raciais, de gênero, de classe, de sexualidade, dentre outros), a Ciência da Informação dirige um olhar para as diferenças e as interseccionalidades, a fim de evidenciar o legado sociocultural e o científico silenciados em decorrência das relações de poder e de dominação. Nesta pesquisa, o recorte dado às questões étnico-raciais visa contribuir para decolonizar o saber que legitima apenas uma visão de mundo e exclui o conhecimento e a memória dos grupos menos favorecidos, pois, conforme Araújo, Oliveira, Gracioso e Silva (2021, p. 01), “decolonizar o saber é uma ação fundamental para a decolonização do próprio poder, na medida em que as relações de colonialidade não acabaram com o fim do colonialismo”.

Na tentativa de decolonizar o poder e combater as distintas formas de desigualdade, surgiram, na Europa e nos Estados Unidos da América, em

meados de 1970, os Novos Movimentos Sociais (NMS) que “define-se a partir da identidade coletiva” (Gohn, 1997, p. 124). Ou seja, mediante a constituição coletiva dos valores estabelecidos no âmbito das formações discursivas dos sujeitos, a identidade torna-se parte estruturante dos movimentos e seu crescimento acontece em função da defesa dessa identidade.

Autores como Touraine (1983), Pichardo (1997) e Habermas (1981) se debruçaram sobre esses novos movimentos estritamente modernos e que se diferenciam dos tradicionais realizados pelas classes operárias ou camponesas, conforme a teoria marxista, porque neles os conflitos de classes são substituídos pelos conflitos socioculturais que permeiam os valores identitários dos sujeitos. Os NMS “não buscam ganho econômico material ou maior participação no sistema, tentam criar ou preservar espaços de autonomia” (Goodwin; Jasper; Polletta, 2000, p. 72, tradução nossa). Eles são compostos por indivíduos que, em decorrência da rejeição instaurada pelos grupos dominantes, tomam consciência das injustiças experimentadas e se reunirem, estrategicamente, para lutarem por transformações estruturais na sociedade.

Dentre os conflitos socioculturais entre os Novos Movimentos Sociais e o legado colonialista, tem-se a disputa pelos monumentos, expressão derivada da palavra latina *monumentum* que, etimologicamente, significa ‘recordar’. Os monumentos são esculturas construídas para perpetuar na memória personagens e feitos que marcaram a história de uma nação. Ao trazer a discussão sobre os monumentos históricos para o campo científico, sabe-se que, no âmbito da Ciência da Informação, é lugar comum falar em preservação da memória, dos documentos, dos suportes informacionais e do patrimônio cultural, devido aos benefícios que eles apresentam para as sociedades atuais e as vindouras. Apesar disso, a maioria deles se tornou uma representação eurocêntrica que homenageia líderes que compactuaram com a dominação de negros e indígenas, o que nos faz refletir que, para além da preservação, o esquecimento/apagamento também é um problema que pode ser integrado aos debates científicos diante das demandas socioculturais apresentadas pelos sujeitos informacionais que integram os Novos Movimentos Sociais.

Esses sujeitos, reivindicam um debate acerca da presença de monumentos que trazem à tona um passado opressor e a ausência de sua representatividade identitária nos monumentos expostos nos espaços públicos. Assim, surge nos últimos anos, uma série de insatisfações com os monumentos situados nos espaços públicos dos grandes centros urbanos de países como os Estados Unidos da América e o Brasil, que passaram a ser alvo de críticas de integrantes de movimentos que não se veem representados

na materialidade simbólica dessas construções. Devido a isso, surgiram novos conceitos, como Urban Fallism, Derrubacionismo Urbano, Nãoonumentos ou Contramonumento (Cassimiro, 2021). Este último foi adotado neste trabalho e explorado com base na dialética do documento/monumento.

Metodologicamente, trata-se de um artigo teórico, de cunho qualitativo, com recorte temporal e espacial que se limita aos protestos ocasionados nos Estados Unidos da América e no Brasil entre os anos de 2020 e 2021. A fundação teórica, é advinda da literatura científica (livros, artigos que discorrem sobre estudos decoloniais, informação e memória) e a análise realizada advém de legislações disponíveis nos sites das Câmara dos Deputados e da Câmara Municipal de São Paulo. Para identificar a quantidade de museus existem no Estado de São Paulo, realizou-se uma busca na plataforma museu.br (museus.cultura.gov.br), a maior plataforma de informações sobre os museus brasileiros, para averiguar quantos e quais museus poderiam custodiar os monumentos retirados dos espaços públicos.

Para tanto, este artigo foi dividido em dois momentos: depois desta introdução, mostraremos como os estudos decoloniais podem contribuir para visibilizar a produção do conhecimento que não se enquadra nas formas do pensamento eurocêntrico e como a Ciência da Informação tem voltado a atenção para os marcadores sociais da diferença, ao realçar como o marcador étnico-racial se imbrica com o fenômeno informacional e os recursos tecnológicos utilizados para produzir e disseminar informações pertinentes que demonstram as insatisfações e mobilizam a sociedade em busca de justiça e de equidade.

Em seguida, apresentaremos algumas considerações sobre a compreensão de documento e documento/monumento sob o ponto de vista de Briet (2016) e Le Goff (1990) e sobre o Contramonumento (Noble, 2020) e os recentes acontecimentos que culminaram na derrubada de monumentos construídos em homenagem a líderes escravocratas. Quanto ao Brasil e às manifestações sociais no estado de São Paulo, enfocaremos o protesto que ocasionou o ataque incendiário ao monumento construído em homenagem ao bandeirante Manuel Borba Gato (1649-1718) e quais políticas estão implementadas para melhor custodiar esses monumentos.

2 Os estudos decoloniais e a informação como mecanismo de mobilização social

A visão eurocêntrica de mundo como padrão de modernidade foi formulada pelas elites políticas e pelos letrados europeus como uma forma de explorar

os territórios que estavam sendo descobertos com o advento das grandes navegações do século XV, que resultaram na ocupação da América Latina e da África. Esse padrão tomou proporções globais e se impôs como matriz institucional sobre as terras conquistadas, dominando diferentes grupos étnico-raciais, por meio da escravização dos seus corpos e da apropriação das terras para extrair as riquezas nelas produzidas. Em decorrência dessa dominação, a Europa se tornou, ao longo dos anos, referência na composição da sociedade moderna, graças à colonialidade do poder que articulou e organizou toda a estrutura social.

A fim de compreender bem mais a hegemonia dos colonizadores, iniciamos as discussões a respeito do pensamento decolonial, como alternativa para valorizar a trajetória dos grupos sociais do passado e promover a reparação histórica acerca das injustiças sofridas pelos grupos que tiveram suas identidades culturais marginalizadas. Muitos deles, compostos de indígenas e negros, lutam pelo combate à discriminação, à intolerância étnico-racial e todo o legado colonial que usurpou os seus direitos e se apropriou de seus territórios. Walsh (2017), nos mostra que, dentro da literatura relacionada à colonialidade do poder, há referências à descolonialidade e ao decolonial, assim como à decolonialidade e ao decolonial. Nesse jogo linguístico a exclusão do 's' não objetiva promover um anglicismo, mas sim, marcar uma distinção com o significado espanhol de 'des'. Dessa forma, a opção pelo uso do decolonial deve-se a sua denotação de, "un camino de lucha continuo en el cual se puede identificar, visibilizar y alentar 'lugares' de exterioridad y construcciones alter-(n)ativas" (Walsh, 2017, p. 2).

Os padrões impostos pelas práticas coloniais foram além da conquista de mão de obra barata e apropriação das riquezas extraídas das terras. Os grupos dominantes concentraram a produção do conhecimento na Europa e forjaram a ideia de que ela seria o centro da intelectualidade para manter a hegemonia de toda identidade cultural. Para constar essa afirmativa, basta compreender que as bibliotecas (Burke, 2003) e as universidades (Le Goff, 2006) europeias foram anunciadas como as primeiras construídas no mundo. Nessas universidades, as narrativas conhecidas como História Universal foram produzidas e armazenadas em suas bibliotecas, o que fez com que o conhecimento científico produzido na Europa e espalhado pelo mundo tivesse um forte caráter eurocêntrico. Essa visão unilateral impediu que o conhecimento produzido pelos múltiplos espaços geopolíticos fosse propagado, e o desenvolvimento científico não fosse viabilizado em terras colonizadas. Compactuando com essa ideia, Santos e Meneses (2009) afirmam que

o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (Santos; Meneses, 2009, p. 07).

Diante dos desajustes, para combater as relações de desigualdade entre os detentores do poder e os subalternos (Spivak, 2010), a descolonialidade do saber, atualmente, é uma demanda social que visa atribuir igual valor à produção intelectual por grupos étnico-raciais historicamente excluídos da representação oficial. Fazem parte desses grupos indígenas, negros e múltiplos sujeitos que foram vulnerabilizados de todo o processo formativo.

Os estudos decoloniais partem de pensamentos de grupos colocados em lugares de opressão e sub-representação, como mulheres, grupos étnico-raciais e povos originários de populações que estão à margem da sociedade, como é o caso dos de origem latina, indígenas, entre outros (Sales; Garcez, 2021, p. 189).

Ao analisar o contexto geopolítico, percebe-se que, na América Latina, os colonizadores fizeram uso do poder coercitivo, para obter vantagens na agricultura e intervir na produção rural além das práticas “trabalho forçado, uso manipulador do direito e das autoridades tradicionais [...], pilhagem de recursos naturais, deslocação maciça de populações, [...], diferentes formas de apartheid e assimilação forçada” (Santos, 2009, p. 30). Todas essas práticas, geraram uma série de tensões e conflitos com os colonos, vistos como “o outro”, uma figura exótica oprimida durante todo processo de formação histórica e social do continente.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (Lander, 2005, p. 107).

Posto isso, os estudos decoloniais têm buscado dar visibilidade aos saberes produzidos pelos grupos que não integraram a visão eurocêntrica do conhecimento e legitimá-los. Para Lander (2005, p. 08), “a procura de perspectivas do saber não eurocêntrico tem uma longa e valiosa tradição na América Latina”. Com a implementação de um novo olhar, é possível descompartimentar as narrativas universais, que persistem em imperar

mesmo depois da consolidação do processo de independência das antigas colônias de exploração.

O fim do colonialismo político, enquanto forma de dominação que envolve a negação da independência política de povos e/ou nações subjugados, não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado. O colonialismo continuou sobre a forma de colonialidade de poder e de saber (Santos; Meneses, 2009, p. 12).

A decolonização do poder/saber reconhece a produção do conhecimento marginalizada em relação aos valores epistemológicos convencionais (*mainstream*) produzidos pela concepção eurocêntrica de mundo. Hall (2003) destaca que apenas de ainda não está numa situação confortável, “dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora” (Hall, 2003, p. 338). Para o autor, isso é resultado da implementação de políticas culturais da diferença, das lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do surgimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Essa conquista conduz a um processo emancipatório das identidades culturais não europeias vistas, até então, como desprovidas da capacidade de pensar e de saberes.

Devido à necessidade óbvia de combater as contradições do universo eurocêntrico, as instituições sociais, como escolas e Instituições de Ensino Superior, devem se empenhar para combater a matriz hegemônica que causou o epistemicídio¹ e desqualificou diferentes saberes por meio de conceitos coloniais. Para realizar essa tarefa, escolas e universidades devem promover um diálogo sobre o processo diaspórico, implementar currículos pautados em marcos teórico-práticos decoloniais, discutir sobre conceitos como memória e patrimônio, para que seus alunos - sobretudo os que sofrem com práticas excludentes - possam se interessar pela pesquisa e desenvolver orgulhosamente suas identidades desde a infância até a fase adulta.

Além das instituições sociais, a comunidade científica tem se empenhado em destituir a colonialidade e aprofundar o sentido dos valores nacionais. A Ciência da Informação, que “teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia”

¹ Conforme Santos (1998, p. 208) epistemicídio é “el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación. Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesaria para 'justificar' el genocidio del que fueron víctimas los indígenas.

(Saracevic, 1996, p. 42), passou a contribuir com a produção de estudos decoloniais, com o propósito de criar mecanismos para representar a informação produzida pelos grupos minoritários e disseminar a produção intelectual do conhecimento subalternizada pela episteme eurocêntrica. A fim de atingir o resultado esperado, é necessário criar formas de implementar a descontinuidade do poder eurocêntrico presente em todo o processo de representação da humanidade. Devem-se banir dos vocabulários e de outros instrumentos de representação termos com alta carga racista, como 'mulato', 'denegrir' e tantos outros que permeiam o universo semântico, para evitar replicações de preconceitos, pois "a persistência do eurocentrismo no projeto da modernidade manifesta-se através da utilização persistente e acrítica de muitas noções e conceitos coloniais e racistas" (Santos; Meneses, 2009, p. 16). Ao mesmo tempo, é preciso entender que, nas práticas de produção e circulação de informações, os vocabulários empregados são específicos desses grupos, por isso é importante se ater aos termos utilizados ao construir classificações especiais e tesouros. Essa prática se diferencia dos tradicionais esquemas de classificações que predominantemente são entendidos como esquemas universais.

O pensando científico informacional acompanha os problemas colocados pela sociedade como um todo. Dito isso, os pesquisadores da Ciência da Informação devem considerar que, por meio do estudo interpretativo, é possível sair da inércia, captar os enunciados produzidos dentro de uma comunidade, objetivando registrar as informações que permeiam o cotidiano daquela comunidade, e dar voz aos sujeitos da enunciação², para que os grupos étnico-racialmente excluídos tenham a oportunidade de atingir as mudanças sociais almejadas, sejam reinseridos na sociedade e se sintam pertencentes aos valores identitários expressos nos documentos e demais artefatos que compõem a cultura material.

Nesse sentido, ao discorrer sobre cultura material, os monumentos urbanos se tornam passivos de significação linguística, uma vez que são produtos da sociedade que os legitimou. O problema central é que múltiplos conhecimentos coexistem, porque "diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias" (Santos; Meneses, 2009, p. 09). Portanto, nem sempre, a memória dos grupos subalternizados é representada nos monumentos arguidos nos grandes centros urbanos. Ao contrário, é uma memória silenciada que dá lugar a uma memória oficiosa, que

² De acordo com Nascimento (2021), as teorias sobre 'lugar de fala e lócus de enunciação' nem sempre são convergentes. Enquanto o 'lugar de fala' passou a ser cada vez mais explorado publicamente no Brasil, a partir de Ribeiro (2017), o 'lócus de enunciação' tem uma origem mais complexa e remota.

remete a personagens escravistas, cujos monumentos são rejeitados por uma parcela da população que alega direito ao esquecimento.

No mundo contemporâneo, a memória nacional deve refletir o pluralismo do qual a sociedade é composta, sem levar em consideração apenas a visão eugenista de mundo, com grande carga excludente que abalou significativamente o sentido de nação. Convém enfatizar que, sobretudo no Brasil, diferentes grupos étnico-raciais – indígenas e negros – também contribuíram com a construção do pensamento social. As identidades culturais são formadas com base nas particularidades de cada grupo, que devem ser representadas nos símbolos e demais monumentos presentes nos espaços públicos sem sobrepor um grupo ao outro.

Ao relacionar os monumentos com a informação, percebe-se que, apesar de os monumentos serem uma personificação dos personagens e de toda uma estrutura de poder coisificadas pela memória nacional, a informação tem um caráter dinâmico e passível de múltiplas leituras e novas significações, porquanto a “informação gerada no passado e disponibilizada no presente deve permitir novas utilizações e a construção de novos conhecimentos, agora ou no futuro” (Oliveira; Rodrigues, 2017, p. 17). Assim, as informações estão associadas à forma de comportamento, ao que é permitido e ao que não é permitido. No entanto, quando há quebra de paradigmas, mudanças e transformações vão acontecendo e geram uma série de choques culturais e de informações que são contestadas mediante disputas ideológicas, o que possibilita que os indivíduos criem novas formas de pensar e assumam novos protagonismos sociais para combater os monumentos e ideias que não têm representatividade.

Cabe-nos questionar o que esses monumentos representam para os grupos afrodescendentes. Certamente, os membros pertencentes aos movimentos antirracistas não se sentem representados nos discursos construídos pelas instituições sociais administradas pela elite escravocrata, porque, ao homenagear os propulsores da diáspora e do escravismo, reforça os discursos de dominação (entendendo os negros como selvagens) e da colonialidade, tida como sinônimo de progresso, mas que fragiliza as identidades étnico-raciais. Como a produção do conhecimento pelos grupos subalternizados não passou por um processo de legitimação, seus integrantes não foram representados nos monumentos públicos, como o conhecimento dos colonizadores é representado nos monumentos de personagens imbuídos de um legado altamente excludente. Isso se justifica, porque cada monumento tem um contexto e a mentalidade de uma superestrutura que legitima o que

lembrar e quem lembrar, reforçando o apagamento de uma trajetória de opressões e de lutas.

O processo de legitimação praticado por elas [instituições de memória] não se configura um mecanismo estático e imutável, visto que a memória é dinâmica e passível de resignificação. Essa prática deve ser entendida como um mecanismo manipulável, pois, ainda que legítimo, é passível de contestações, permitindo um possível processo de reavaliação a fim de identificar permanências e rupturas das tradições, das crenças e dos valores (Silva; Martins, 2022, p. 408).

A fim de contestar e atribuir uma nova significação à memória, os Novos Movimentos Sociais exercem o contrapoder atribuindo novos sentidos aos valores culturais. Esses movimentos são construídos mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. São considerados domínios, compostos de protagonistas, antes socialmente isolados, mas que se unem para ampliar vínculos e compartilhar conhecimentos, dores e sofrimentos e para lutar em prol de mudanças sociais. Segundo Castells (2013, p. 30), “em qualquer movimento social, há múltiplas expressões de necessidades e desejos. Há momentos de liberação, em que todos esvaziam sua sacola de frustrações e abrem a caixa mágica de seus sonhos”.

Compactuando com o mesmo pensamento, os integrantes produzem um discurso que direciona suas atividades militantes, com a divisão do trabalho não hierarquizada, ou seja, são movimentos horizontais que se diferenciam dos tradicionais porque não precisam da figura de um líder. Para isso, eles utilizam um sistema de informações que mobiliza a sociedade, a fim de que reconheçam a necessidade de mudar e de se integrar à luta. Conectados em rede, os protagonistas são indivíduos que não estão isolados, mas, em conjunto, constituem grupos de força e resistência que estão em constante processo de comunicação. Eles não só usam as informações oficiais elaboradas por instituições governamentais (sendo consumidores) como também produzem (*prosumer*) e disseminam novas informações que apresentem a real necessidade dos membros dos grupos.

Atualmente, os movimentos usam as tecnologias de informação e comunicação e, mesmo insurgentes nesse uso, tendo em vista que o imperativo tecnológico atende aos interesses de quem os cria e financia, é possível facilitar a mobilização dos grupos, o compartilhamento e a troca de informações para fortalecer seus ideais. Assim, em uma quantidade de tempo reduzida, é possível atingir um amplo alcance e mobilizar milhões de pessoas, como afirma Castells (2013, p. 10): “os movimentos espalharam-se por

contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias”. Para o autor, com o uso dos meios de comunicação de massa, “os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças” (Castells, 2013, p. 18).

Nessa conjuntura, a Ciência da Informação deve trazer os NMS como objetos que podem compor parte dos estudos desenvolvidos, ao questionar os modos hegemônicos de produção do conhecimento sociocultural que se materializa nos monumentos urbanos e intervir nos conflitos, visando fortalecer as lutas dos povos excluídos que reivindicam sua representatividade nos símbolos expostos, que têm como objetivo enaltecer a história dominante.

3 O contramonumento como forma de combater o epistemicídio

Com o desenvolvimento da indústria gráfica, no final do século XIX, surgiram discussões a respeito do conceito de documento e de outras fontes de informação. Inicialmente, essa discussão foi empreendida pelo belga Paul Otlet (2018), na obra *Traité de documentation* (1934), e seguida por Suzanne Briet, com a publicação da obra *Qu'est-ce que la documentation?*, de 1951. Em suas reflexões, a autora ampliou os tradicionais suportes de registro da informação para além dos custodiados em bibliotecas e arquivos e contemplou as mais diversas tipologias, incluindo materiais tridimensionais e outros artefatos. Ela entende por documento “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, que tem a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (Briet, 2016, p. 01). Ao discorrer sobre os fenômenos que se correlacionam com os documentos, ela afirma que, quando o menor acontecimento científico ou político é levado ao conhecimento público, imediatamente assume a solenidade de uma roupagem documentária.

Já no campo historiográfico, as reflexões sobre o conceito de documento/monumento foram desenvolvidas pelo historiador francês Jacques Le Goff, por meio do trabalho *Histoire et mémoire*, de 1988. Para ele, o monumento é tudo o que pode evocar o passado. Ao recordar o passado, os documentos/monumentos podem ter caráter verdadeiro ou falso. Na concepção do autor (Le Goff, 1990, p. 548), “um monumento é, em primeiro lugar, uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”. Ele acrescenta que o documento/monumento não é inócuo,

[...] é, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 1990, p. 472).

Partindo das indagações advindas da documentação e da historiografia, e trazendo para a realidade social, percebe-se que os monumentos se encarregam de trazer para o presente os resultados do passado. Eles evocam acontecimentos vivenciados por gerações, fazem alusão a grandes conquistas/conflitos entre os povos dominados e dão visibilidade a um grupo de detentores do poder político que compactuaram com o escravismo que deveria ser banido do contexto atual. Nessa conjuntura, ao relacionar os monumentos com o resultado de uma época, encontra-se, atualmente, um movimento que tem tomado força, denominado de Contramonumento, considerado como um espaço de reivindicação discursiva que dá voz aos silenciados e esquecidos no transcorrer dos últimos cinco séculos. Para Noble (2020, p.173), “faz-se necessário propor o contramonumento como um lugar de reclamação, chamando a atenção para os discursos excluídos da narrativa oficial de cada período”.

A partir desse entendimento, percebe-se que grandes monumentos expostos em espaços públicos dedicados aos líderes escravocratas, possuem nas expressões artísticas um discurso hegemônico questionado por grupos minoritários, como o dos afrodescendentes, por exemplo, que, historicamente, tem travado diversas batalhas visando combater a exclusão e promover a igualdade. Esse grupo minoritário, cuja participação sociocultural é limitada, não se sente representado nas esculturas de personagens que compactuaram com a diáspora e sustentaram um sistema pautado na exploração e na escravização dos africanos, com o intuito de gerar poder, prestígio e riqueza para as grandes nações. No entanto, como a história não se cristaliza, “eles só serão reconhecidos pelas consequências de seus atos desumanos, muitas vezes, tarde” (Gutiérrez, 2022). O reconhecimento dos atos desumanos, ainda que tardiamente, permitirá que a história seja ressignificada.

Para responder a esses atos de iniquidades, os indivíduos excluídos se unem estrategicamente aos demais membros do grupo para se fortalecer e assumir o protagonismo de implementar mudanças sociais até então não concretizadas. Os integrantes dos Novos Movimentos Sociais, dotados cada vez mais de informação e conhecimento, passaram a reverberar a figura dos líderes pertencentes aos grupos dominantes e materializada nos monumentos urbanos, por meio de uma série de manifestações públicas que culminaram na derrubada/retirada de monumentos fixados em espaços públicos por serem

considerados uma representação infiel dos valores pertencentes aos grupos afrodescendentes.

Para Castells (2013), o big-bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. Dessa forma, os grupos de ativistas que se mobilizam para fazer protestos, revoltas e até revoluções almejam expressar suas insatisfações e contribuir para obter conquistas sociais. Vale ressaltar que “os participantes não gostam de protestar, são compelidos a isso por suas necessidades e impulsos internos” (Goodwin; Jasper; Polletta, 2000, p. 69, tradução nossa). Assim, os militantes têm o importante papel de manter os integrantes unidos e articulados entre si, na tentativa de fazer um ‘acerto de contas’ com a história contada por aqueles que dizimaram seus ancestrais e toda a herança cultural, realizando uma reparação histórica.

Nos últimos anos, alguns monumentos de generais e traficantes de sujeitos escravizados foram retirados/incendiados/apedrejados de seus pedestais em países da Europa e de toda a América, em meio a protestos que geraram fortes polêmicas. Depois de analisar os personagens cujos monumentos foram derrubados, durante os anos de 2020/2021, apresentam-se, a seguir, os nomes de alguns dos personagens e as respectivas localizações dos monumentos (Quadro 1):

Quadro 1 – Monumentos retirados/incendiados/apedrejados na América (2020/2021)

Personagem	Localização do monumento
Cristóvão Colombo (1451-1506)	Estados Unidos da América/ Colômbia/México
Thomas Jefferson (1743 – 1826)	Estados Unidos da América
George Washington (1732 – 1799)	Estados Unidos da América
Robert Lee (1807 – 1870)	Estados Unidos da América
Stonewall Jackson (1824- 1863)	Estados Unidos da América
Jefferson Davis (1808 – 1889)	Estados Unidos da América
Manuel da Borba Gato (1649-1718)	Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De acordo com o quadro apresentado, nos Estados Unidos da América, concentram-se as maiores mobilizações populares que derrubaram monumentos em busca de reparação histórica. Um dos personagens mais polêmicos foi Cristóvão Colombo (1451-1506), o navegador genovês líder da expedição espanhola, que chegou ao continente americano em 1492 para iniciar a exploração e a colonização espanhola, que iria sucumbir, gradualmente, os povos pertencentes às civilizações pré-colombianas. As manifestações nos

Estados Unidos da América - em Maryland e na Virgínia - e em outros países, como a Colômbia e o México, fizeram com que seus monumentos viessem ao chão, por não representar os valores das sociedades contemporâneas fadados à exclusão, ao racismo e ao extermínio dos povos originários.

Ainda nos Estados Unidos da América, monumentos dedicados aos países fundadores também foram alvo de protestos. No Estado do Oregon, o monumento dedicado a George Washington (1732 – 1799), que liderou as tropas na guerra pela independência dos EUA, foi removido. Já na Câmara de Nova York, o monumento dedicado a Thomas Jefferson (1743 – 1826), principal autor da declaração de independência dos Estados Unidos, foi retirado por se tratar de um senhor de escravos que chegou a ter filhos com uma de suas escravas. Cohen (2000, p. 151) refere que

[...] parece paradoxal que Thomas Jefferson, um dos eternos heróis da democracia norte-americana, fosse também o proprietário de mais de 180 escravos exatamente à época em que proclamava que todos os homens foram criados iguais e foram 'dotados por seu Criador' com os 'direitos inalienáveis' à 'vida, liberdade e à busca da felicidade'.

Além dessas, destacam outras figuras polêmicas cujos monumentos foram derrubados/retirados, em especial, os líderes confederados que atuaram na Guerra Civil Americana (1861 – 1865). É o caso do general Robert Lee (1807 – 1870), líder das tropas que lutaram para manter a escravidão nos Estados Unidos; Stonewall Jackson (1824- 1863), uma figura das forças confederadas e pró-escravidão, e Jefferson Davis (1808 – 1889), presidente dos Estados Confederados da América durante a Guerra Civil Americana.

Homenagear genocidas e escravocratas não é uma ação exclusiva dos Estados Unidos da América. No Brasil, a tentativa de ocupar as regiões interioranas fez surgir, no século XVII, um movimento conhecido como Entradas e Bandeiras, cuja finalidade era de capturar índios que seriam comercializados como escravos, expandir as fronteiras nacionais e procurar por metais preciosos, como ouro, prata e diamante. A atuação dos denominados bandeirantes fez com que surgissem duas representações sociais - uma que fez dos bandeirantes heróis, e outra que os expôs como bandidos.

Dentre os bandeirantes, destaca-se Manuel de Borba Gato (1649 – 1718), que contribuiu para expandir o território brasileiro³ por meio de suas expedições compostas de familiares e agregados dispostos a perseguir e a escravizar indígenas, a menos que estes se juntassem ao grupo. Apesar disso, o poder

³ As bandeiras foram responsáveis pelo rompimento do Tratado de Tordesilhas e pela mudança na geopolítica do território brasileiro.

público reconheceu a importância do personagem e decidiu, no ano de 1957, investir recursos para confeccionar um monumento dedicado ao bandeirante paulista, como uma forma de eternizá-lo na história. O monumento, localizado em Santo Amaro, na zona sul de São Paulo, tem cerca de dez metros de altura, o que gera uma série de debates acerca da representatividade da escultura. Nos últimos anos, a representatividade do bandeirante passou a ser questionada a partir de novas narrativas que colocam em xeque sua contribuição para o Estado de São Paulo e em meio a infindáveis discussões surgiram os confrontos: “em 2017, mancharam de tinta a estátua, em 2016, foi alvo de pichações” (Almeida, 2021, p. 47).

No ano de 2021, um dos Novos Movimentos sociais, denominado de ‘Revolução Periférica’,⁴ trouxe a conhecimento público a discussão iniciada desde a inauguração do monumento. Partindo da premissa que todos os dias milhares de pessoas transitam no entorno ao monumento sem conhecerem a história do bandeirante, os integrantes do grupo espalharam cartazes pelas principais ruas do estado de São Paulo, compartilharam *posts* nas redes sociais e apresentaram o seguinte questionamento: “Você sabe quem foi Borba Gato?”, com o intuito de informar a população sobre os atos desumanos cometidos por Borba. A mobilização culminou com um incêndio no monumento do bandeirante. Para uns, os detratores do monumento querem reescrever a história, apagando traços do passado. Essa atitude é um crime de destruição do patrimônio público, portanto, vandalismo⁵. Para outros, o ato é uma forma de reparação histórica, porquanto ele foi responsável pela morte de muitos nativos, e sua retirada representa uma revisão à produção do conhecimento histórico da América Latina pelos próprios colonizados. Ao discorrer sobre a divergência de opiniões, Almeida (2021) afirma:

Tomando como exemplo a estátua de Borba Gato, não é que seja falso que ele foi um bandeirante brasileiro que desbravou os sertões, mas na verdade é incompleto e, portanto, a estátua sem a devida mediação que contextualize esses fatos, dissemina uma pseudoinformação (Almeida, 2021, p. 58).

Com base nessa contextualização, entende-se que, para combater a pseudoinformação, os Novos Movimentos Sociais usam o imperativo tecnológico para produzir conhecimentos, a fim de modificar o pensamento e o comportamento social e de promover as reivindicações pautadas na igualdade racial e que visa deslegitimar e (re)formular a memória nacional construída pelos

⁴ Movimento social que atua em prol do negro, do indígena e periférico, composto por jovens que habitam os principais centros periféricos de São Paulo.

⁵ O ato culminou com a prisão temporária do líder do movimento, Paulo Galo, e de sua esposa, Géssica Silva Barbosa, que não estava presente no local durante o protesto.

grupos dominantes. Em linhas gerais, com o uso tecnológico, os integrantes podem produzir um discurso que norteie suas atividades militantes, para que os demais sujeitos informacionais criem consciência política de sua autonomia sociocultural na produção de conteúdo informacional em ambientes digitais em prol da luta e da igualdade.

Os canais de comunicação devem ser perenes e eficazes, para que os indivíduos estejam em constante interação e registrem os anseios vivenciados, mobilizando a sociedade e as autoridades políticas para implementar instrumentos legais que possam trazer melhorias socioculturais. Ao entender a importância dos canais de comunicação, Martins (2015, p. 79) afirma que, no âmbito da discussão sobre os Novos Movimentos Sociais, o espaço da comunicação é um *lócus* de luta política decisivo. Ele ressalta o papel do Estado na construção das políticas de igualdade, por meio de mecanismos legais que coíbem a discriminação e demais condições de desigualdades.

Assim, ao perscrutar quais iniciativas do poder público para retirar as figuras do período colonial de seus pedestais, identificou-se duas resoluções que propõe reavaliar a presença desses monumentos no espaço público, levando em consideração os anseios apresentados pelos movimentos sociais que contestam sua representatividade. Uma delas é o Projeto de Lei 47/2021 da vereadora Luana Alves (PSOL/SP), que visa substituir monumentos, estátuas, placas e quaisquer homenagens que façam menções a escravocratas e higienistas por monumentos de personalidades negras e indígenas. Ao analisar a justificativa do projeto, destacou-se a

necessidade de fortalecimento da rede que envolve a ressignificação da memória histórica paulistana a partir da perspectiva dos grupos historicamente subalternizados, em especial negros e indígenas. Bem como, visa desenvolver, junto aos movimentos negros e estudiosos das relações raciais, ações estratégicas para a estruturação de novas políticas contra as diversas formas de violência física e/ou psíquica que recaem sobre a população negra (Brasil, 2021, p. 02).

Com o propósito de potencializar essa iniciativa, criou-se também o movimento 'SP é Solo Preto e Indígena', apoiado pelos movimentos negros e indígenas da cidade de São Paulo, que buscam retirar ou realocar os monumentos que homenageiam escravocratas ou eugenistas, visando a substituição por referências históricas de luta e resistência na Cidade de São Paulo. A concretização dessa iniciativa viabilizará o direito à plena circulação em espaços públicos sem que os sujeitos sejam constrangidos por figuras que impuseram a negação da humanidade de pessoas negras/indígenas escravizadas e que arquitetaram um genocídio epistemológico dos saberes produzidos por esses grupos.

Outra proposta normativa submetida ao legislativo é o Projeto de Lei 5296/2020, de autoria da Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ), que tramita na Câmara dos Deputados e que visa proibir, em todo território nacional, o uso de monumentos públicos para homenagear proprietários de escravizados, traficantes de escravizados, pensadores que defenderam e legitimaram a escravidão ou qualquer outro personagem da história do Brasil diretamente ligados à escravização de africanos e indígenas.

Para além de toda essa discussão, um outro questionamento surge: o que fazer com os monumentos que já ocupam os espaços públicos? Eles devem ser retirados pelo poder público, tal como aconteceu nos Estados Unidos da América ou devem ser destruídas? Ao analisar o projeto em tela, propõem-se a seguinte resolução,

Os monumentos públicos que já prestam homenagem a escravocratas ou a eventos históricos ligados a prática escravagista devem ser retirados de vias públicas, praças e armazenados nos museus federais, estaduais ou municipais, para fins de preservação do patrimônio histórico (Brasil, 2020, p. 01).

Sem dúvidas, o direito à memória não se limita à implementação de instrumentos legais e políticas culturais desenvolvidas pelo Estado. Assim, para que os monumentos expostos nos espaços urbanos não sejam destruídos por completo, as instituições governamentais podem fazer parceria com as instituições de memória, que “preservam os registros do conhecimento humano nas suas mais diversas formas de materialização” (Oliveira, Rodrigues, 2017, p. 17). Os museus⁶, como espaços de exposições que lidam com questões relativas às identidades, desde a eclosão da Revolução Francesa, reúnem, em seus acervos, a materialidade da cultura para explicar os fenômenos históricos e disponibilizar as informações de forma ordenada e criteriosa para apresentar uma visão sistêmica do ser nacionalista, difundindo a memória vinculada a todos os sujeitos pertencentes àquela nação.

A partir de uma busca na plataforma museus.br, identificou-se o registro de 680 museus espalhados pelo estado de São Paulo, como o Museu do Ipiranga⁷ e o

⁶ A definição profissional de museu mais conhecida atualmente continua sendo a que se encontra nos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM) de 2007: “O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em 20 out. 2022.

⁷ O Museu do Ipiranga é a sede do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, especializado em história e cultura material e integra a Universidade de São Paulo.

Museu Afrobrasileiro⁸, que podem armazenar monumentos polêmicos que remetem a líderes escravocratas. A partir de um plano museológico bem delineado, é possível contextualizá-los com as experiências passadas de luta e de opressão vivenciadas pelos grupos sociais subalternizados. Isso contribuirá para representar a memória nacional como um todo, sem excluir e ressignificar os personagens considerados, em um primeiro momento, como valentes e heróicos, mas que contribuíram para excluir os aspectos socioculturais e as manifestações artísticas dos povos originários.

Em tempos de mudanças epistemológicas, os museus devem desenvolver atividades que visem promover a inclusão dos sujeitos historicamente excluídos. Assim, a educação patrimonial é uma forma de abordar o contexto histórico dos monumentos e dos personagens que antes estavam expostos em via pública, explanando, sob as mais diversas óticas, quais foram suas contribuições para a sociedade e outros feitos que impactaram a vida social. Por meio dessa prática, podem-se valorizar as individualidades sociais e mostrar que as práticas coloniais trouxeram benefícios para um grupo, mas resultaram em malefícios para outro. Essas atividades educativas promovem novos mecanismos de questionamentos da realidade cultural e fazem com que os sujeitos tenham acesso às informações indispensáveis para criar um senso crítico relativo aos discursos hegemônicos que prevalecem na constituição dos monumentos que representam os interesses das camadas dominantes.

5 Considerações finais

Este artigo objetivou refletir como os Novos Movimentos Sociais e suas reivindicações étnico-raciais impactaram a ressignificação da memória por meio das manifestações públicas ocasionadas nos últimos anos. Para isso, analisou como os estudos decoloniais contribuem para combater o poder advindo da herança colonial haja vista legitimar os saberes produzidos pelos grupos historicamente excluídos que não integraram a visão eurocêntrica do conhecimento. Nesse contexto, mostrou que a Ciência da Informação contribui com a produção de estudos decoloniais para combater a visão eurocêntrica de mundo que causou impacto nos diferentes grupos, contemplando suas reivindicações em seus debates científicos e contribuindo com a produção do conhecimento voltado para os valores étnico-raciais.

Os grupos étnico-raciais historicamente excluídos compõem os Novos Movimentos Sociais, que se articulam por meio da produção e da disseminação da informação, facilitados pelos recursos tecnológicos, para construir seu *lôcus*

⁸ Já o Museu Afro Brasil é uma instituição pública, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, e administrado pela Associação Museu Afro Brasil.

de enunciação e reivindicar a releitura de monumentos nos espaços públicos que representam eventos históricos associados à exploração e ao escravismo. Para isso, é necessário discutir sobre o silenciamento da memória dos grupos vítimas dos atos de atrocidade humana praticados pelos líderes escravocratas.

Com a realização deste trabalho, foi possível perceber que os monumentos dedicados aos líderes escravocratas foram retirados/derrubados dos Estados Unidos da América, e isso repercute em manifestações contundentes no Brasil, em meio a uma série de ações que reivindicaram uma sociedade mais justa e igualitária. Ao analisar o contexto brasileiro, identificou-se o movimento “revolução periférica”, composto por afrodescentes que têm pouca representatividade sociocultural e por isso sofrem constantemente com a exclusão étnico-racial, desde a atuação dos bandeirantes, considerados como escravizadores e genocidas indignos de serem representados nos monumentos urbanos, que retratam o vil e hipócrita sentimento de bandeirantismo.

Também é preciso implementar instrumentos legais e normativos que visem à representatividade dos não representados. Para isso, deve-se reconhecer os espaços públicos como locais de representações memorialísticas e identitárias dos sujeitos que foram protagonistas da formação histórica e social do território onde estão inseridos. Já os museus, tidos como espaços indispensáveis para custodiar monumentos de figuras polêmicas, podem assumir a guarda de peças históricas retiradas das praças, como Manuel de Borba Gato, e atuar, por meio da educação patrimonial, no combate aos conflitos e às tensões sociais que ainda permeiam a sociedade contemporânea.

A análise realizada evidenciou que romantizar figuras históricas como as dos líderes confederados ou de personagens como a do bandeirante Manuel de Borba Gato, é uma prática que está sendo combatida e alterada em decorrência das conquistas epistemológicas proporcionadas pela mobilização dos NMS e das produções científicas decoloniais. A tentativa de retirar os monumentos das praças pode ser explicada como uma forma de desvincular os significados atribuídos aos personagens que contribuíram com o progresso, mas que, para isso, cometeram atos criminosos que resultaram em uma série de atrocidades humanas.

Tendo como base uma abordagem sociocultural da informação, devemos observar esses fenômenos e analisá-los, na perspectiva de promover estudos que visem conscientizar sobre a relação existente entre documentos e memória, que possam questionar, para além da preservação, a guarda e o tratando de monumentos que representam símbolos de opressão.

Referências

- ALMEIDA, Vitória Gomes. Patrimônios e matrimônios: intersecções entre (de)colonialidades, raça, gênero e memória. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; OLIVEIRA, Lucia Maciel Barbosa de; GRACIOSO, Luciana; SILVA, Marco Donizete Paulino da. Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5828. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5828>. Acesso em: 15 out. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5296/2020, 31 de outubro de 2020. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoes>. Acesso em: 18 out. 2022.
- BRASIL. Câmara Municipal de São Paulo. Projeto de Lei nº 47/202, 02 de fevereiro de 2021. São Paulo. Disponível em: <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home>. Acesso em: 18 out. 2022.
- BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/acessar/?errorcode=4>. Acesso em: 15 out. 2022.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2003.
- CASIMIRO, Giovanna Graziosi. O patrimônio Open Source. São Paulo, 2021. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-08062021-151941/publico/TEGiovannaGraziosiCasimiro_REV.pdf. Acesso em: 16 out 2022.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php>. Acesso em: 16 out. 2021.
- COHENT, William. Thomas Jefferson e o problema da escravidão. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, 2000. Disponível em: <https://scielo.br>. Acesso em: 29 out. 2022.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola. 1997.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James Macdonald; POLLETTA, Francesca. The Return of the Repressed: the fall and rise of Emotions In Social Movement Theory. *Mobilization: An International Journal*, 2000, v. 5, n. 1, p. 65-83. Disponível em: https://socsci.uci.edu/~polletta/Articles%20and%20Book%20Chapters_files/Return_of_repressed.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.
- GUTIÉRREZ, Antonio L. Garcia. **Tout droit:** Iniciación a la desclasificación. Asociación cultural y científica ibero-americana, 2022.

- HABERMAS, Jürgen. New social movements. **Telos**, New York, n. 49, p. 33-37, 1981.
- HALL, Stuart. **Da Diaspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org.). Buenos Aires: CLACSO, setembro de 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio. 2006.
- MARTINS, Ana Amélia Lage. Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação: uma análise a partir da Marcha das Vadias. 174p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br>. Acesso em: 27 set. 2022.
- NASCIMENTO, Gabriel. Entre o lócus de enunciação e o lugar de fala: marcar o não marcado e trazer o corpo de volta na linguagem. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n (60.1): 58-68, jan./abr. 2021.
- NOBLE, André Winter. Primeiras considerações sobre o Contramemorial. 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49722/49722.PDF>. Acesso em: 16 out. 2022.
- OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. Apresentação. In.: **Memória**: interfaces no campo da Ciência da Informação. Brasília: Ed. UNB, 2017.
- OTLET, Paul. **Tratado de Documentação**. Brasília: Briquet de Lemos. 2018.
- PICHARDO, Nelson A. New social movements: a critical review. *Annual Review of Sociology*, n. 23, 1997, p. 411-430.
- SALES, Rodrigo de. GARCEZ, Dirnéle Carneiro. A biblioteca como contradispositivo de resistência e decolonialidade. In.: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. (orgs.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva sul. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Neppamcs, 2021. [Selo NYOTA].
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **La Globalización del derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá, Colombia: ILSA; Universidad Nacional de Colombia. 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez. 2010.
- SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br>. Acesso em: 15 out. 2022.

SILVA, Igor Oliveira; MARTINS, Gracy Kelli. Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 109562, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245282.109562. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109562>. Acesso em: 15 out. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG. 2010. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/>. Acesso em: 15 out. 2022.

TOURAINÉ, Alain. **Le retour de l'acteur**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1983.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Equador, 2017.

Sobre a autoria

Igor Oliveira da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

igor.oliveira@estudantes.ufpb.br

Gracy Kelli Martins

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Marília/SP. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Atua nas áreas de Organização e Representação da Informação/ Conhecimento; Representação e Mediação da Informação; Estudos de gênero; Fundamentos teóricos e memória na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

gracykelli@gmail.com

Notas

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não.

Conflitos de interesses

Não.

Artigo submetido em: 20 out. 2022.

Aceito em: 22 jun. 2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional](#).

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia
Revista Folha de Rosto



✉ folhaderosto@ufca.edu.br

📷 [@revistafolhaderosto](#)

🐦 [@revfolhaderosto](#)

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.